



## **Relatório sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos relativo ao ano de 2013**

## ÍNDICE

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2013 .....</b>	<b>3</b>
2.1 Aquisição onerosa de imóveis pelo Estado e pelos Institutos Públicos em 2013 .....	3
2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013.....	4
2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013 .....	4
2.4 Alienação de imóveis do Estado com pagamento em espécie e em numerário em 2013 .....	6
2.5 Permutas de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013.....	6
2.6 Dação em pagamento de imóveis do Estado em 2013 .....	7
<b>3. CONCLUSÃO .....</b>	<b>7</b>

## QUADROS

<b>Quadro 1- Imóveis alienados pelo Estado e Institutos Públicos.....</b>	<b>5</b>
<b>Quadro 2- Imóveis alienados por Ministério .....</b>	<b>5</b>
<b>Quadro 3- Tipo de procedimento de alienação .....</b>	<b>6</b>
<b>Quadro 4- Imóveis alienados - Entidade adquirente .....</b>	<b>6</b>
<b>Quadro 5 – Valor dos Imóveis Adquiridos versus valor de imóveis e outros direitos reais de gozo alienados em 2013.....</b>	<b>7</b>

## ANEXOS

<b>Anexo 1 - Mapa 1 – Aquisição onerosa de imóveis por institutos públicos em 2013</b>	
<b>Anexo 2 – Mapa 2 – Oneração de imóveis pelo Estado em 2013</b>	
<b>Anexo 3 – Mapa 3 Alienação de imóveis do Estado e dos institutos públicos em 2013</b>	
<b>Anexo 4 – Mapa 4 – Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos públicos com pagamentos em espécie e em numerário e permutas em 2013</b>	
<b>Anexo 5 - Mapa 5 – Dação em pagamento de imóveis do Estado em 2013</b>	



## 1. INTRODUÇÃO

O presente Relatório é elaborado de acordo e para os efeitos previstos no artigo 115.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, designadamente, a apresentação de informação pelo Governo à Assembleia da República sobre a aquisição, oneração e alienação de bens imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos.

A sua preparação teve por base a informação produzida pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, no âmbito das atribuições e competências que lhe estão cometidas, e ainda nos dados que a esta lhe são comunicados pelas entidades intervenientes nas respetivas operações imobiliárias.

Assim, são apresentados cinco mapas, em anexo ao presente documento:

- Mapa 1 – Aquisição onerosa de imóveis por Institutos Públicos em 2013;
- Mapa 2 – Oneração de imóveis pelo Estado em 2013;
- Mapa 3 - Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013;
- Mapa 4 – Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos com pagamentos em espécie e em numerário e permutas, em 2013;
- Mapa 5 – Dação em pagamento de imóveis do Estado, em 2013,

onde constam a identificação e localização dos imóveis, o valor da avaliação, o valor da transação e a identificação dos contratantes.

As operações imobiliárias supra descritas encontram o seu enquadramento legal junto do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, que estabelece o regime jurídico do património imobiliário público, da Lei Orçamental e respetivo decreto-lei de execução orçamental em vigor em cada ano civil, e ainda, no que concerne à constituição de onerações, em legislação própria.

Nessa decorrência, a inobservância do Decreto-Lei n.º 280/2007, designadamente quando não tenha sido recolhida a competente autorização da Ministro das Finanças, não tenha havido instrução do respetivo processo junto da Direção-Geral do Tesouro e Finanças ou não exista comunicação sobre a concretização da operação imobiliária podem prejudicar a exaustividade dos elementos constantes dos mapas em anexo.

## 2. OPERAÇÕES IMOBILIÁRIAS EM 2013

### 2.1 Aquisição Onerosa de imóveis e de outros direitos reais de gozo pelo Estado e pelos Institutos Públicos em 2013

De acordo com o regime estabelecido no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a aquisição onerosa, para o Estado, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, quando o valor da aquisição seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa. A constituição de outros direitos reais de gozo poderá ainda encontrar o seu assento legal em legislação própria, como seja o Código Civil e o regime específico das diversas servidões administrativas.

Tratando-se da aquisição onerosa para os Institutos Públicos, do direito de propriedade ou de outros direitos reais de gozo sobre bens imóveis, cujo valor seja inferior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem despesa, compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças e ao membro do governo responsável pela tutela autorizar a mesma.



Quando o valor da aquisição seja igual ou superior ao montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para os ministros autorizarem, compete ao Primeiro-Ministro autorizá-la. Caso o valor da aquisição exceda o montante estabelecido no regime de realização de despesa pública para o Primeiro-Ministro autorizar despesa, a sua autorização compete ao Conselho de Ministros.

No ano de 2013, e conforme se ilustra no Mapa 1, anexo ao presente relatório, foi adquirido, em numerário, 1 imóvel pelo Estado, em regime de propriedade total, com o valor de transação de 5.976.777,32 €. De referir, que no ano de 2013, não se verificaram aquisições onerosas de imóveis por Institutos Públicos nem aquisições onerosas de outros direitos reais de gozo pelo Estado ou por Institutos Públicos.

Foram ainda adquiridos 2 imóveis, em sede de pagamento em espécie, como melhor se identifica no ponto 2.4, deste relatório, no valor total de 642.200 €, sendo que desta aquisição não resultaram encargos financeiros para o Estado.

Assim, em 2013 o Estado integrou no seu Património imóveis no valor total de 6.618.977,32.

## **2.2 Oneração de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013**

Para além da constituição de direitos de superfície sobre imóveis do domínio privado do Estado e dos Institutos Públicos, regulada no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, cuja autorização compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças, podem ainda ser constituídos outros direitos reais de gozo sobre os imóveis referidos, *vg* servidões legais de passagem e servidões administrativas, previstos em legislação própria.

No que se refere ao ano de 2013, em termos de oneração de imóveis, apenas se registou a constituição de 3 direitos de superfície, 2 em imóveis propriedade do Estado e outro em imóvel propriedade do Turismo de Portugal, I.P., no valor global de 192.800,00 €, os quais são evidenciados no Mapa 2, anexo ao presente relatório.

## **2.3 Alienação de imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013**

De acordo com o Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, os imóveis do domínio privado do Estado e os imóveis dos Institutos Públicos cuja propriedade não seja necessária à prossecução de fins de interesse público e cuja manutenção na sua propriedade não seja conveniente podem ser objecto de alienação.

Podem igualmente ser vendidos imóveis afetos a fins de interesse público desde que fique assegurada a continuidade da prossecução de fins dessa natureza.

Compete ao membro do Governo responsável pela área das finanças autorizar a venda dos imóveis do Estado e dos Institutos Públicos e a escolha do respectivo tipo de procedimento.

A decisão de adjudicação compete ao Diretor-Geral do Tesouro e Finanças, no caso de imóveis do Estado, ou ao respetivo órgão de direção, no caso de imóveis dos Institutos Públicos.

Para além das modalidades de alienação previstas no Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, há ainda que realçar que, a coberto do Código das Expropriações, podem os imóveis do Estado ser objecto de expropriação por outras entidades, sendo que tal ato ainda que configurando uma aquisição originária para o expropriante, não pode deixar de se considerar na vertente do expropriado como diminuição do seu património, configurando assim uma alienação na perspetiva do sujeito expropriado.

Conforme melhor se demonstra no Quadro 1, em 2013 foram alienados 28 imóveis que correspondem a um valor de transação de 13.944.358,46 €, sendo que 88% deste valor foi conseguido através da alienação de imóveis do Estado.

Quadro 1 - Imóveis alienados pelo Estado e Institutos Públicos

Entidade Alienante	Nº de Imóveis	(%)	Valor de Transação (€)	(%)
Estado	20	71	12.208.652,46	88
Institutos Públicos	8	29	1.735.706,00	12
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>13.944.358,46</b>	<b>100</b>

A distribuição, por Ministério, da alienação de imóveis pelo Estado e por Institutos Públicos, em 2013, é apresentada no Quadro seguinte, donde se retira que o Ministério que disponibilizou mais imóveis para alienação foi o das Finanças, 36%, seguido do Ministério da Justiça, 29%. Por outro lado constata-se que os 3 imóveis disponibilizados pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros representam 79% do valor total de transação.

Quadro 2 - Imóveis alienados por Ministério

Ministérios	Nº de Imóveis	(%)	Valor de Transação (€)	(%)
Administração Interna	2	7	571.421,00	4
Agricultura e do Mar	2	7	100.500,00	1
Defesa Nacional	1	4	131.031,00	1
Educação e Ciência	1	3,57	11.000,00	0,08
Finanças	10	36	301.250,00	2
Justiça	8	29	479.406,00	3
Negócios Estrangeiros	3	11	11.049.750,46	79
Saúde	1	4	1.300.000,00	9
<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>13.944.358,46</b>	<b>100</b>

Tal como se verifica no quadro seguinte, e no que concerne ao tipo de procedimento adotado na alienação de imóveis, 64% dos imóveis foram alienados por ajuste direto e 21 % por hasta pública. A predominância do procedimento por ajuste direto residiu no facto de, na sua maioria, estarem em causa imóveis com preço de venda inferior a 150.000,00 €, que foram a hasta pública tendo a mesma ficado deserta, ou que foram adquiridos por autarquias locais, ao abrigo das alíneas a), c) e e) do n.º 2 do artigo 81.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto, respetivamente.

Importa referir que as alienações por negociação identificadas no Quadro 3 se reportam à venda de três imóveis do Estado sitos no estrangeiro, tendo sido adotado o procedimento de venda dos Países da localização dos imóveis, conforme decorre do artigo 46.º do Código Civil. De referir, todavia, que estes procedimentos obedeceram aos princípios da concorrência, publicidade e transparência que norteiam a venda de imóveis regulada pelo Decreto-Lei n.º 280/2007.

Quadro 3 – Tipo de Procedimento de Alienação

Procedimento de Alienação	Nº de Imóveis	(%)	Valor de Transação (€)	(%)
Ajuste Directo	18	64	2.055.524,00	15
Hasta Pública	6	21	331.001,00	2
Expropriação	1	4	508.083,00	4
Alienação por Negociação	3	11	11.049.750,46	79
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>13.944.358,46</b>	<b>100</b>

Conforme se pode constatar pela leitura do quadro seguinte, 19 imóveis foram alienados a particulares, representando 68% do total do número de alienações e 85% do valor de transação, 11.835.444,46 €. Ao valor de transação referido acresce o valor de 1.401.500,00 €, correspondente a 10% do valor total, relativo a 4 imóveis alienados a empresas privadas. Se englobarmos numa só categoria os particulares e as empresas privadas verifica-se que o setor privado adquiriu 82% (23) dos imóveis transacionados, pelo valor global de 13.236.944,46 €, o que representa 95% do valor total de transação.

Quadro 4 – Imóveis alienados -Entidade Adquirente

Entidade Adquirente	Nº de Imóveis	(%)	Valor de Transação (€)	(%)
Autarquias	3	11	174.331,00	1
Particulares	19	68	11.835.444,46	85
Empresas particulares	4	14	1.401.500,00	10
Associações	1	4	25.000,00	0,18
Setor Empresarial do Estado	1	4	508.083,00	4
<b>Total</b>	<b>28</b>	<b>100</b>	<b>13.944.358,46</b>	<b>100</b>

A identificação dos imóveis alienados consta do Mapa 3, anexo ao presente Relatório.

## 2.4 Alienações de imóveis do Estado com pagamento em espécie e em numerário em 2013

Para além das vendas cujo preço foi integralmente satisfeito em numerário, no ano 2013 foram, ainda, vendidas duas parcelas de terreno a destacar de dois prédios rústicos do Estado, cujo preço foi parcialmente satisfeito em espécie, tendo sido entregue ao Estado um prédio da mesma natureza destinado a integrar a Mata Nacional das Dunas e da Gafanha.

Os imóveis alienados e adquiridos por esta via constam do Mapa 4, anexo ao presente Relatório.

## 2.5 Permutas de imóveis do Estado e dos Institutos em 2013

A permuta é um contrato inominado cujo núcleo essencial consiste na prestação de uma coisa por outra.

De acordo com o artigo 107.º do Decreto-Lei n.º 280/2007, de 7 de agosto podem ser efetuadas permutas de imóveis do Estado e dos institutos públicos desde que os imóveis a adquirir revistam especial interesse para o Estado ou instituto público e que o valor da avaliação dos imóveis a adquirir não excedam em 50% os imóveis dados em permuta.

Assim, no ano de 2013 o Estado recebeu em permuta uma parcela de terreno com a área de 534.800 m<sup>2</sup>, destinada à manutenção da área florestal do País, e deu em troca uma parcela com

a área de 136.900 m<sup>2</sup> a destacar da Mata Nacional do Casal da Lebre, e a sua quota-parte em 4 prédios urbanos, de que era comproprietário juntamente com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P, que em simultâneo alienou, igualmente a sua quota-parte.

Esta operação imobiliária está evidenciada no já referido Mapa 4.

## 2.6 Dação em pagamento de imóveis do Estado em 2013

Na sequência do reconhecimento da dívida do Estado Português à massa falida da FAUS-Habituação e Construção Civil, foram entregues em dação em pagamento 5 imóveis do Estado, no valor global de 3.360.900,00 €, os quais se identificam no Mapa 5 anexo ao presente relatório.

## 3. CONCLUSÃO

Face ao que antecede, e como se demonstra no quadro seguinte, o valor das aquisições representam cerca de 35,45 % do valor de venda de imóveis e outros direitos reais de gozo alienados no ano de 2013.

Quadro 5 – Valor dos Imóveis Adquiridos versus valor de imóveis e outros direitos reais de gozo alienados em 2013

Imóveis Adquiridos		Imóveis e Outros Direitos Reais de Gozo Alienados		% do Valor de Aquisição/Valor Alienação
Forma de pagamento	Valor de Aquisição (€)	Direito alienado	Valor de Alienação (€)	
Numerário	5.976.777,32 €	Propriedade	18.478.258,46 €	35,45
Espécie	642.200,00 €	Superfície	192.800,00 €	
<b>Total</b>	<b>6.618.977,32 €</b>	<b>Total</b>	<b>18.671.058,46 €</b>	

Lisboa, 27 de janeiro de 2014.

Mapa 1 - Aquisição onerosa de imóveis por institutos públicos em 2013

Identificação	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel (PU - prédio urbano PR - prédio rústico PM - prédio misto)	Direito Adquirido/ Modalidade de Aquisição	Fim da Aquisição	Entidade Adquirente					Entidade Alienante		Valor da Avaliação	Valor da Transação	Data Efetiva da Transação
	Distrito	Concelho	Freguesia						Proprietário	NIF	Ministério	Organismo que solicitou a aquisição	NIF	Proprietário	NIF			
Fração A do Prédio sito no Largo da Boa Hora, n.ºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17, Rua Nova do Almada, n.ºs 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31,33, 35, 37, 39, 41, 43,45 e 47 e Calçada de S. Francisco, n.ºs 39, 41, 43, 45 e 47, em Lisboa (Antigo Tribunal da Boa Hora)	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	145-A/Mártires CRP Lisboa	144-A/Mártires	PU	Propriedade/ Compra	Centro de Estudos Judiciais	Estado Português	501 481 036	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 361 242	Município de Lisboa	500 051 070	5.976.777,32 €	5.976.777,32 €	26-07-2013
<b>Total</b>															<b>5.976.777,32 €</b>	<b>5.976.777,32 €</b>		

Mapa 1 - Aquisição onerosa de imóveis por institutos públicos em 2013

Identificação	Localização			Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel (PU - prédio urbano PR - prédio rústico PM - prédio misto)	Direito Adquirido/ Modalidade de Aquisição	Fim da Aquisição	Entidade Adquirente					Entidade Alienante		Valor da Avaliação	Valor da Transação	Data Efetiva da Transação
	Distrito	Concelho	Freguesia						Proprietário	NIF	Ministério	Organismo que solicitou a aquisição	NIF	Proprietário	NIF			
Fração A do Prédio sito no Largo da Boa Hora, n.ºs 12, 13, 14, 15, 16 e 17, Rua Nova do Almada, n.ºs 17, 19, 21, 23, 25, 27, 29, 31,33, 35, 37, 39, 41, 43,45 e 47 e Calçada de S. Francisco, n.ºs 39, 41, 43, 45 e 47, em Lisboa (Antigo Tribunal da Boa Hora)	Lisboa	Lisboa	Santa Maria Maior	145-A/Mártires CRP Lisboa	144-A/Mártires	PU	Propriedade/ Compra	Centro de Estudos Judiciais	Estado Português	501 481 036	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, IP	510 361 242	Município de Lisboa	500 051 070	5.976.777,32 €	5.976.777,32 €	26-07-2013
<b>Total</b>															<b>5.976.777,32 €</b>	<b>5.976.777,32 €</b>		

**Mapa 3 - Alienação de Imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013**

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Alienação	Data efectiva da Transação	Entidade Alienante				Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transacção	
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário			NIF
Prédio sito na Rua 25 de Abril, nº 25, em Alcácer do Sal	Setúbal	Alcacer do Sal	Comporta	710/Comporta	48/Comporta	PU	Ajuste Direto	14-01-2013	Estado Português	501481036	Ministério da Administração Interna	Guarda Nacional Republicana	600 008 878	Nuno Pedro Teixeira Matos e Ana Rita Martins da Silva Duarte	121 927 776 116 523 913	45.000,00 €	63.338,00 €
Parte do prédio sito na Rua Formosa, nº 23 e Rua Dr. Covas Lima, nº 21, em Cuba	Beja	Cuba	Cuba	1679/Cuba	1603/Cuba	PU	Ajuste Direto	14-01-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Delmira do Rosário Lopes Machado Ferreira e José Joaquim Caciones Ferreira	168 594 358 178 187 640	9.700,00 €	9.700,00 €
Uma faixa de terreno com a área total de 1000 m2, a destacar do prédio denominado " Quinta do Cruzeiro ", em Ponte de Lima	Viana do Castelo	Ponte de Lima	Arca	209/Arca	326/Arca	PR	Ajuste Direto	16-12-2013	Estado Português	501 481 036	Ministério da Educação e Ciência	Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares	600 086 020	Município de Ponte de Lima	506 811 913	11.000,00 €	11.000,00 €
Fração autónoma "J" do prédio sito na Praça Paulo VI, nº 18, Satão	Viseu	Satão	Satão	643 - "J"/Satão	1845 - "J"/Satão	PU	Ajuste Direto	29-01-2013	Estado Português	501481036	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Arindo de Jesus Correia	172 405 513	43.700,00 €	43.700,00 €
Prédio urbano designada por "Casa Florestal C-145" sita na Coelheira, em São Pedro do Sul	Viseu	São Pedro do Sul	Candal	118/Candal	225/Candal	PU	Ajuste Direto	29-01-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Ambitur-Turismo de Montanha Lda	502 917 563	14.000,00 €	14.000,00 €
Prédio urbano sito junto à Estação dos Caminhos de Ferro dos Barros	Setúbal	Grândola	Azinheira dos Barros e São Mamede do Sado	396/Azinheira dos Barros e São Mamede do Sado	641/Azinheira dos Barros e São Mamede do Sado	PU	Ajuste Direto	05-03-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Silvestrand-Gestão e Exploração de Atividades Agrícolas Unipessoal, Lda	507 531 000	19.000,00 €	19.000,00 €
Antiga Seção Consular de Portugal em Washington, Edifício denominado Tracy Place	E.U.A.	Washington	-	-	-	PU	Negociação	22-04-2013	Estado Português	501481036	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	600 014 576	Casal Maggle e Tom Sheedy	-	1.519.987,84 €	1.596.747,23 €
Prédio urbano sito na Avenida D. Dinis, s/n em Nisa	Portalegre	Nisa	Espirito Santo	2294/Espirito Santo	1887/Espirito Santo	PU	Ajuste Direto	04-05-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ana Catarina Machado Fouto Marques Serra	215 128 087	65.450,00 €	65.450,00 €
Residência do Consul-Geral de Portugal em Nova Iorque, situada no Edifício Dakpta Building, em 1 West 72 ND Street, APT 74 em Manhattan	E.U.A.	Nova Iorque	-	-	-	PU	Negociação	28-01-2013	Estado Português	501481036	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	600 014 576	Sra e Sr. Folkerts -Landau	-	6.729.733,89 €	8.916.503,23 €
Prédio denominado PM002/Leiria-Carreira de Tiro de Marrazes, situado na freguesia de Marrazes	Leiria	Leiria	Marrazes	9000/Marrazes	557/Marrazes	PU	Ajuste Direto	21-05-2013	Estado Português	501481036	Ministério da Defesa Nacional	Direção-Geral de Armamento e Infraestruturas da Defesa	600 083 942	Junta de Freguesia de Marrazes	507 280 059	131.031,00 €	131.031,00 €
Fração autónoma "J", correspondente ao 3º Esqº, do prédio sito na Rua D. João, 6-8, Bloco B3 no Voluntários, nºs 12-14 em Torres Vedras	Lisboa	Torres Vedras	São Pedro e São Tiago	3745-"J"/São Pedro e São Tiago	57-"J"/São Pedro e São Tiago	PU	Ajuste Direto	13-05-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Dinis Gonçalo Alves dos Santos	216 573 157	42.500,00 €	46.000,00 €
Fração autónoma "I-1", correspondente ao 3º do prédio sito na Rua D. João, 6-8, Bloco B3 no Funchal	Madeira	Funchal	Imaculado Coração de Maria	82-"I-1"/Imaculado Coração de Maria	1666 -"I-1"/Imaculado Coração de Maria	PU	Hasta Pública	25-06-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	EOLITEC UNIPESSOAL, Lda	511 244 002	68.000,00 €	68.500,00 €
Prédio urbano designado por "Vivenda Les Dauphins", sita no Bairro Francês em Santa Cruz das Flores	Açores	Santa Cruz das Flores	Santa Cruz das Flores	906/Stº Cruz das Flores	944/Stº Cruz das Flores	PU	Ajuste Direto	29-07-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Manuel Alberto da Silva Pereira Ilda Maria Fernandes Virissimo Pereira	125 977 972 184 380 383	63.750,00 €	63.750,00 €
Dois parcelas de terreno nºs. 41 e 41/1, com as áreas de 45.904 m2 e 15.929 m2, a desanexar, respectivamente, do prédio rústico denominado "Pinhal das Freiras" e "Quinta de Vale de Chicharos" situados no Fogueteiro.	Setúbal	Seixal	Amora	584/Amora	1 Secção AG1 E AG2(parte)/Amora 3 Secção AG2(parte)/Amora	PR	Expropriação	09-08-2013	Estado Português	501 481 036	Ministério da Administração Interna	Guarda Nacional Republicana	600 008 878	AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, SA	508 822 939	370.095,00 € 137.988,00 €	508.083,00 €
Prédio urbano sito na Rua da Liberdade, nº 56 no Cadaval	Lisboa	Cadaval	Vermelha	2300/Vermelha	1991/Vermelha	PU	Ajuste Direto	07-08-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Associação para o Desenvolvimento da Freguesia da Vermelha	504 264 435	25.000,00 €	25.000,00 €
Antiga casa florestal D-179, sita em Grou, Mata Nacional do Urso/Mourisca na Guia Pombal	Leiria	Pombal	Guia	2393/Guia	2740/Guia, Ilha e Mata Mourisca	PU	Ajuste Direto	04-07-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Município do Pombal	506 334 562	32.300,00 €	32.300,00 €
Fração autónoma "L" correspondente ao 3º andar B do prédio sito na Rua Cidade da Praia, Lote 365, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria dos Olivais	1710-"L"/Santa Maria dos Olivais	2275 -"L" / Santa Maria dos Olivais	PU	Ajuste Direto	12-07-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Luis Filipe Gomes da Costa e Armandina Loureiro Antunes	135 019 168 121 598 349	38.850,00 €	38.850,00 €
Fração autónoma "B" correspondente ao R/C do prédio sito na Avenida Dr. Paulo Marcelino, nº 77 em Terras de Bouro	Braga	Terras de Bouro	Moimenta	128-"B"/Moimenta	314-"B"/Moimenta	PU	Ajuste Direto	09-07-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Fernando Simão Amaro e Maria Augusta Pereira Martins	179 276 239 181 188 252	47.600,00 €	47.600,00 €
Fração autónoma "A1" correspondente ao 1º andar do prédio sito na Rua das Cruzes, nºs 9, 11 e 11A, no Funchal	Madeira	Funchal	Funchal (S. Pedro)	775-"A1"/ Funchal (S. Pedro)	2737 -"A1"/ Funchal (S. Pedro)	PU	Ajuste Direto	17-07-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Carlos José Lourenço Felix Ana Cristina Freitas Quintal	218 283 873 226 723 798	76.500,00 €	76.500,00 €
Prédio urbano designado por "Caseta da guarda fiscal de S. Gregório" sito em S. Gregório	Viana do Castelo	Meilgaço	Cristóval	528/Cristóval	495/Cristóval	PU	Ajuste Direto	19-09-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Enrique Gregório Piña Anton	218 191 316	2.800,00 €	2.800,00 €
Prédio urbano sito na Rua Dr. António Oliveira Cruz, Lote D, em Macedo de Cavaleiros	Bragança	Macedo de Cavaleiros	Macedo de Cavaleiros	1152/Macedo de Cavaleiros	2579/Macedo de Cavaleiros	PU	Hasta Pública	13-10-2013	Estado Português	501481036	Ministério da Agricultura e do Mar	Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte	600 000 354	Alberto Manuel Torres de Carvalho	230 037 763	67.000,00 €	69.000,00 €

**Mapa 3 - Alienação de Imóveis do Estado e dos Institutos Públicos em 2013**

Designação do Imóvel	Distrito	Concelho	Freguesia	Registo Predial CRP	Inscrição Matricial	Tipologia (PU) Prédio Urbano (PR) Prédio Rústico (PM) Prédio Misto	Forma de Alienação	Data efectiva da Transação	Entidade Alienante				Entidade Adquirente		Valor de Avaliação	Valor de Transacção	
									Proprietário	NIF	Ministério	Organismo Disponibilizador	NIF	Proprietário			NIF
Fração autónoma "D" correspondente ao 1º Dtº do prédio sito na Rua Cidade de Negage, nº 7 em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Santa Maria dos Olivais	4384-D/Santa Maria dos Olivais	2699-D/Santa Maria dos Olivais	PU	Hasta Pública	13-10-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	João Pedro Salgueiro Bravo	240 098 480	68.700,00 €	69.700,00 €
Fração autónoma "V", 10, correspondente ao 6º Esquerdo do prédio urbano sito na Rua D. João VI, nº 5 a 5-B e Avenida das Forças Armadas, na Costa da Caparica-Almada	Setúbal	Almada	Costa da Caparica	1922-V/Costa da Caparica	1763-V/Costa da Caparica	PU	Hasta Pública	13-10-2013	Estado Português	501481036	Ministério das Finanças	Direção-Geral do Tesouro e Finanças	601 006 441	Armando Manuel Maduro Pinela	186 287 119	37.700,00 €	42.300,00 €
Antigas instalações de Portugal nos Países Baixos - Chancelaria de Portugal em Haia, Holanda, prédio sito em Bazarstrat 21, 2518 AG, Haia	Holanda	Roterdao	-	-	-	PU	Negociação	05-07-2013	Estado Português	501481036	Ministério dos Negócios Estrangeiros	Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros	600 014 576	Wilhelmus Andreas Cornelis de Jong e Carolus Cornelis Wilhelmus de Jong	145 122 980 145 122 712	536.500,00 €	536.500,00 €
Prédio urbano sito na Avenida D. Dinis, s/n em Nisa	Portalegre	Nisa	Espirito Santo	1870/Espirito Santo	1888/Espirito Santo	PU	Ajuste Direto	26-10-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Francisco Toco Emídio	100 925 170	65.450,00 €	65.505,00 €
Prédio urbano sito no Lugar de Cabanas, em Curros, Valpaços	Vila Real	Valpaços	Carrezedo de Montenegro e Curros	481/Curros	502/Carrezedo de Montenegro e Curros	PU	Hasta Pública	09-12-2013	Estado Português	501481036	Ministério da Agricultura e do Mar	Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.	510 342 647	Paulo Manuel Ribeiro Esteves e Maria Teresa Meira Duarte Esteves	170 573 796 175 937 095	31.400,00 €	31.500,00 €
Fração autónoma "I", T4, correspondente ao 4º Dtº do prédio urbano sito na Rua Dr. José Cardoso de Miranda 104 e 110 a 130 em Santo Tirso	Porto	Santo Tirso	Santo Tirso	1551-I/Santo Tirso	8140-I/União de Freguesias de Santo Tirso, Couto	PU	Hasta Pública	10-12-2013	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Ministério da Justiça	Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P.	510 361 242	Gustavo Nieves Moreira e Sónia Maria Alves Rosa	180 245 414 216 530 822	50.000,00 €	50.001,00 €
Prédio urbano sito na Alameda D. Afonso Henriques, 64 a 64-B tornejando para a Rua Carlos Mardel, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Alto do Pina	1327/São Jorge de Arroios	119/Alto do Pina	PU	Ajuste Direto	19-12-2013	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro	503 767 336	Ministério da Saúde	Centro de Medicina de Reabilitação da Região Centro	503 767 336	Sociedade Hotel D. Afonso Henriques, Lda	500 254 877	1.200.000,00 €	1.300.000,00 €
<b>TOTAL</b>																<b>11.550.735,73 €</b>	<b>13.944.358,46 €</b>



**Mapa 5 - Dação em pagamento de imóveis do Estado**

Identificação	Localização			Registo Predial	Inscrição Matricial	Tipificação do Imóvel PU - Urbano PR - Rústico PM - Prédio Misto	Entidade Alienante		Entidade Adquirente		Data da Transação	Valor da Avaliação	Valor da Dação
	Distrito	Concelho	Freguesia				Identificação	NIF	Identificação	NIF			
Terreno para construção sito na rua Santos Pousada, nº 20 a 30, no Porto	Porto	Porto	Bonfim	3205/Bonfim	7817/Bonfim	PU	Estado Português	501 481 036	Massa Falida da Faus-Habitação e Construção, Lda	501 463 461	18-12-2013	2.667.400,00 €	2.667.400,00 €
Terreno para construção sito na Rua Fernandes Tomás, ns 142 a 154 e de Santos Pousada nº 6 a 14, no Porto	Porto	Porto	Bonfim	3206/Bonfim	8113/Bonfim	PU	Estado Português	501 481 036	Massa Falida da Faus-Habitação e Construção, Lda	501 463 461	18-12-2013	67.100,00 €	67.100,00 €
Terreno para construção sito na Rua Fernandes Tomás, nºs 124, 126, 130, 134, 136 e 138 e de Santos Pousada nº 6 a 14, no Porto	Porto	Porto	Bonfim	3207/Bonfim	2602/Bonfim	PU	Estado Português	501 481 036	Massa Falida da Faus-Habitação e Construção, Lda	501 463 461	18-12-2013	38.500,00 €	38.500,00 €
Prédio Urbano sito na Rua de Xabregas, nº 47 a 53, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Beato	840/Beato	361/Beato	PU	Estado Português	501 481 036	Massa Falida da Faus-Habitação e Construção, Lda	501 463 461	18-12-2013	491.000,00 €	491.000,00 €
Prédio urbano sito no Largo da Ajuda, nº 25, em Lisboa	Lisboa	Lisboa	Ajuda	3709/Ajuda	348/Ajuda	PU	Estado Português	501 481 036	Massa Falida da Faus-Habitação e Construção, Lda	501 463 461	18-12-2013	96.900,00 €	96.900,00 €
<b>Total</b>												<b>3.360.900,00 €</b>	<b>3.360.900,00 €</b>